



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

EDGAR GAIETA RAIMUNDO

**KIXIKILA: GÊNERO E ECONOMIA
NA EMANCIPAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES ANGOLANAS**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

EDGAR GAIETA RAIMUNDO

**KIXIKILA: GÊNERO E ECONOMIA
NA EMANCIPAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES ANGOLANAS**

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês (IHLM), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Benitez Martins.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

EDGAR GAIETA RAIMUNDO

**KIXIKILA: GÊNERO E ECONOMIA
NA EMANCIPAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES ANGOLANAS**

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês (IHLM), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Data de aprovação: 25/11/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Carla Benitez Martins (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Clarisse Goulart Paradis

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Ivette Tatiana Castilla Carrascal

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Taxa de analfabetismo na população	12
Gráfico 2	População com 24 ou mais anos que completou o ensino superior	13
Gráfico 3	Taxa de emprego	13

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO	6
2	HIPÓTESE DE PESQUISA	7
3	JUSTIFICATIVA	7
4	OBJETIVOS	8
4.1	GERAL	8
4.2	ESPECÍFICOS	8
5	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
5.1	ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONCEITO E A INTERDEPENDÊNCIA	9
5.2	A MULHER NA SOCIEDADE ANGOLANA: GÊNERO, TRABALHO VULNERABILIDADE	11
5.3	O ESTADO ANGOLANO E A EMANCIPAÇÃO SOCIAL DA MULHER	15
5.4	KIXIKILA: CONCEITO E FUNCIONAMENTO	16
6	METODOLOGIA	17
7	COLETA DE DADOS	18
8	CRONOGRAMA	20
	REFERÊNCIAS	21
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista para a pesquisa Kixikila	24
	APÊNDICE B – Questionário para caracterização do perfil socioeconômico	25

1 INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

O termo quixiquila ou *kixikila*, da língua bantu kimbundu é definido pelo dicionário Estraviz¹ como o “método informal de financiamento em que um grupo de pessoas contribui periodicamente com um valor, a fim de que cada um dos membros, rotativamente, se beneficie de parte do valor poupado”. A *kixikila* é bastante comum no cotidiano das famílias angolanas e tem como uma das características a predominância de mulheres na organização, participação e liderança. Este fato provoca o interesse em investigar dentro do campo de desenvolvimento econômico, economia solidária e da economia feminista.

A sociedade angolana apresenta diversas desigualdades, dentre as quais econômicas, de gênero e regional. Dados do último Recenseamento Geral da População e Habitação demonstram que a população angolana é composta por 52% de mulheres e 48% de homens (INE, 2016). Ou seja, as mulheres representam a maioria populacional. Apesar desta maioria, elas enfrentam desafios estruturais no acesso ao mercado de trabalho formal, educação, saúde, entre outros e, quando inseridas, geralmente lidam com desigualdades incentivando-nas à busca de alternativas.

No caso da participação econômica, à medida que é analisado o fenômeno da *kixikila* e o contexto social angolano, reflete-se sobre as causas da participação massiva das mulheres e faz-se necessário se apropriar de uma abordagem multidisciplinar para compreender o fato de forma mais aprofundada. Com isso recorreremos a uma ferramenta que possa viabilizar a análise reunida de gênero e classe. A saber, a abordagem interseccional.

Conforme Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade, termo cunhado academicamente por Kimberlé Crenshaw em 1989 - ainda que gestado por gerações na práxis do feminismo negro -, atua como uma ferramenta analítica, na visão inter-relacionada - ou co-constitutiva - de gênero, classe, raça, nacionalidade, entre outros, de forma a entender a complexidade do mundo na produção de suas desigualdades.

Tendo em vista o disposto, o projeto, ao propor-se analisar a *kixikila* como estratégia financeira, orientando-se na relação de gênero, espaço social e econômico das mulheres em Angola, será orientado pela seguinte pergunta de pesquisa: **A que ponto a *Kixikila* contribui para a emancipação social das mulheres em Angola?**

Portanto, a pesquisa terá a interseccionalidade como método e será desenvolvida a partir dos estudos de gênero e economia feminista, buscando a compreensão desta parcela da

¹ "Kixikila", in Dicionário Estraviz, 2025, <https://www.estraviz.org/quixiquila> [acessado em 16-10-2025]

realidade do espectro social e econômico das mulheres angolanas e problematizando como se dá o impacto social da participação das mulheres na *kixikila*.

2 HIPÓTESE DE PESQUISA

Ao pesquisar o impacto dos créditos rotativos na condição social das suas participantes, confrontando a desigualdade e a lógica dos espaços de poder por gênero, é necessário fazer uma análise que nos permita compreender o contexto econômico em discussão.

3 JUSTIFICATIVA

Durante a infância, observei meus pais, sobretudo a minha mãe, empenhando-se para equilibrar as despesas essenciais como alimentação, energia, minha educação e dos meus irmãos, além do custeio do transporte e não entendia como conseguiam. Reconheço aquela realidade como o retrato vivo da hipossuficiência financeira que assola muitas famílias. Minha mãe revelou-me, na fase adulta, que a família encontrou na *kixikila* um meio de captação de mais recursos para o nosso sustento.

Mais recentemente, com o ingresso na UNILAB, passei a interpretar de forma crítica os fenômenos da minha trajetória com base nas teorias debatidas na universidade. Desta forma, ao pensar a *Kixikila* percebi que o que testemunhara não era apenas um esforço individual, mas parte de um sistema de economia, sustentado predominantemente por mulheres. Foi o encontro com a Economia Feminista que forneceu a base teórica necessária para pesquisar o fenômeno.

Os estudos sobre a *kixikila* não são recentes. Carlos (2014) faz uma abordagem jurídica da *kixikila*, oferecendo uma compreensão dela e uma eventual regulamentação da mesma, destacando-na para o desenvolvimento local em Angola enquanto que Ducatos (1998) em seu estudo sobre o financiamento informal e as estratégias de sobrevivência econômica da mulheres em Angola, apresenta a criatividade e capacidade organizacional das mulheres na *kixikila*.

A nível social, a pesquisa é significativa por focar-se nas mulheres, que constituem a maioria das participantes da *kixikila*, visando visibilizar as suas experiências e analisar o impacto desta prática nas suas vidas.

Para a academia, o projeto será relevante por estudar um fenômeno frequente em várias sociedades ou grupos sociais minoritários que buscam alternativas emancipatórias. De modo a

contribuir para preencher a lacuna nos campos dos estudos sobre Economia angolana e gênero, ao oferecer um estudo empírico de forma a fornecer base documental e prática social específica.

Este estudo se diferencia ao analisar a kixikila como prática de economia solidária conduzida por mulheres, articulando dados empíricos recentes com uma leitura crítica que combina economia feminista, interseccionalidade e a distinção entre emancipação política e emancipação humana, contribuindo para preencher lacunas nos estudos sobre gênero e economia em Angola.

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

Compreender de que modo a participação das mulheres em grupos de kixikila contribui para a sua emancipação social, considerando dimensões econômicas e sociais no contexto angolano, à luz da abordagem interseccional.

4.2 ESPECÍFICOS

- Contextualizar a configuração econômica angolana com ênfase nas desigualdades de gênero na educação, no mercado de trabalho;
- Examinar como relações de gênero, classe e sociais se articulam na prática da kixikila, produzindo tanto possibilidades de fortalecimento das mulheres quanto a reprodução de desigualdades;
- Analisar, a partir das narrativas das participantes, os impactos da kixikila nas relações familiares e comunitárias e na percepção de poder e reconhecimento social.

5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em termos conceituais, compreender a emancipação exige um referencial teórico capaz de englobar as estruturas de exploração, dominação e opressão. Nesse contexto, a crítica desenvolvida por Karl Marx serve de base para parte do pensamento crítico ocidental.

De acordo com Marx e Engels (2010), a emancipação não é um ato puramente filosófico ou individual, mas um processo histórico-material concreto, indissociável da abolição das condições materiais que geram a opressão. A chamada emancipação política conquistada pelas revoluções burguesas, que garantiu direitos formais ao cidadão, é considerada insuficiente.

Na obra *Sobre a questão judaica* (2010), Marx contrasta que a emancipação humana requer a superação da própria sociedade de classes:

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e por outro lado, ao cidadão do Estado, a pessoa moral. Só quando o homem individual real recuperar em si o cidadão abstrato e se tiver tornado, como homem individual, ser genérico em sua vida empírica, em seu trabalho individual, em suas relações individuais; só quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forces propres” [próprias forças] como forças sociais e, portanto, não mais separar de si a força social sob a forma de força política, só então se terá consumado a emancipação humana. (Marx, 2010, p. 54, grifo do autor).

Portanto, a emancipação deve ser mais do que meramente política, mas sim humana, eliminando as condições sociais de exploração, dominação e opressão - produtoras estruturais e estruturantes das desigualdades sociais - enquanto que impulsiona os seres a alcançarem livremente seu potencial e viverem em comunhão. Em oposição a esta visão, o modelo econômico atual, o capitalismo, notadamente aliena as relações sociais de produção, cria uma competitividade entre os seres e sobrevive à base de desigualdades, buscando torná-las cada vez mais naturais.

Em oposição à lógica capitalista, inúmeras as teorias que buscam materializar modelos econômicos que não sejam estruturados pelas desigualdades. Dentre elas, a Economia Solidária que se destaca pela sua proposta de substituir a competição pela cooperação.

5.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONCEITO E A INTERDEPENDÊNCIA

A solidariedade é um elemento fundamental para refletir as assimetrias sociais e, baseado nisso, Singer (2002) aponta a Economia Solidária como um modelo econômico alternativo de resistência às exclusões do sistema financeiro formal pela “autogestão, isto é, a gestão do empreendimento por todos os que nele trabalham, em assembleia geral e por meio de delegados por ela eleitos e permanentemente controlados” (Singer, 2002 p. 12).

A lógica da Economia Solidária é diferente da mercadológica capitalista, pois, conforme afirmam Simon e Boeira (2017), a economia solidária, “tem uma lógica distinta tanto do mercado quanto do Estado. Organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações

sociais por meio da reciprocidade e adotando formas comunitárias de propriedade” (Simon; Boeira, 2017, p. 3).

Esta concepção dialoga com a de Singer (2002) que conceituou a economia solidária como

outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica (Singer, 2002, p. 10).

Para além da teoria, a Economia Solidária busca aplicar na prática através de intercâmbios financeiros que funcionam a partir da autogestão de recursos por grupos em forma de cooperativas de créditos. Vale ressaltar que Rosário (2020, p. 197) aponta os créditos rotativos como uma resposta às "lacunas existentes nos bancos que geralmente são constituídas por políticas rígidas para as comunidades de baixo rendimento", substituindo "garantias formais por garantias morais". Assim, eles são elementos de solidariedade na organização coletiva.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura citada por Meneses define algumas formas de créditos rotativos pelo seu funcionamento (ONUAA, 1993 *apud* Meneses, 2011, p. 23-24)

1º Associações de Poupança Rotativa

Cada membro paga uma quantidade fixa em intervalos regulares. Em ordem rotativa, um membro recebe o total do valor acumulado em um momento. Termina-se o ciclo quando todos os membros recebem o total acumulado pelo menos uma vez.

2º- Associação de Poupança e Crédito Rotativo

Cada membro paga uma quantidade fixa em intervalos regulares. Uma parte da contribuição destina-se a um membro da associação de cada vez, de forma rotativa. O remanescente deposita-se num fundo geral para empréstimos ou serviços sociais.

3º- Associações de Poupança não Rotativa

Cada membro paga uma quantidade fixa ou variável em intervalos regulares. As contribuições são salvaguardadas ou depositadas e são devolvidas a cada membro individualmente no final do período estipulado.

4º- Associações de Poupança e Crédito Não Rotativo

Os ingressos de fontes tais como contribuições, honorários, multas, trabalho conjunto ou

empresas conjuntas, colocam-se num fundo, qual poderá utilizar-se para empréstimos, seguros e serviços sociais. Este fundo pode estabelecer-se por um período específico ou não. Os fundos da associação podem ou não ser redistribuídos entre os membros no final do período estipulado.

5º- Associações de Inversão

Se os fundos do 4º tipo de associações não se redistribuírem, podem ser usados para inversão por seus membros em ordem rotativa, por exemplo destinando-se no final de cada ano a um membro da associação.

Os créditos rotativos aparecem como formas flexíveis para se adaptar às necessidades,

interesses e objetivos específicos de cada grupo. Em Angola, particularmente, eles não são regulamentados pelo Estado, gerando algumas fragilidades. No caso da *kixikila*, concretamente, a falta de formalidade e controle pode gerar com mais frequência descumprimento das regras estabelecidas pelos membros do grupo o que pode aumentar as limitações financeiras dos outros participantes e deixá-los em situação de vulnerabilidade financeira, devido à contração de dívidas.

A fragilidade apresentada é um grande desafio ao fortalecimento da Economia Solidária como práxis utilizando o caráter cooperativo como alternativa ao modelo de produção capitalista. Segundo o Dicionário do Pensamento Marxista (2013, p. 129), “a diferenciação entre a estrutura assalariada e as tentações da afluência crescente provocaram, em geral, um enfraquecimento da solidariedade de classe”. O isolamento decorrente da busca individual por ascensão contribui para o enfraquecimento do potencial das iniciativas coletivas, restringindo o alcance das práticas solidárias.

Na *kixikila* as limitações não se circunscrevem apenas na dimensão de classe, mas também podem se manifestar nas relações de gênero e outras clivagens sociais, ampliando o debate sobre os desafios e perspectivas da Economia Feminista.

5.2 A MULHER NA SOCIEDADE ANGOLANA: GÊNERO, TRABALHO VULNERABILIDADE

A República de Angola está localizada na região Austral do continente africano e tem uma extensão territorial de 1.246.700 km², sendo o sétimo maior país do continente e o quarto da região. Sua longa zona costeira e recursos naturais como o petróleo tornam o país um dos mais ricos de África. A falta de diversificação da economia e petróleo como seu principal recurso de exportação criam uma dependência desta *commodity* que compromete a estabilidade da economia, pois as flutuações do preço do barril do petróleo no mercado internacional impactam diretamente o mercado nacional.

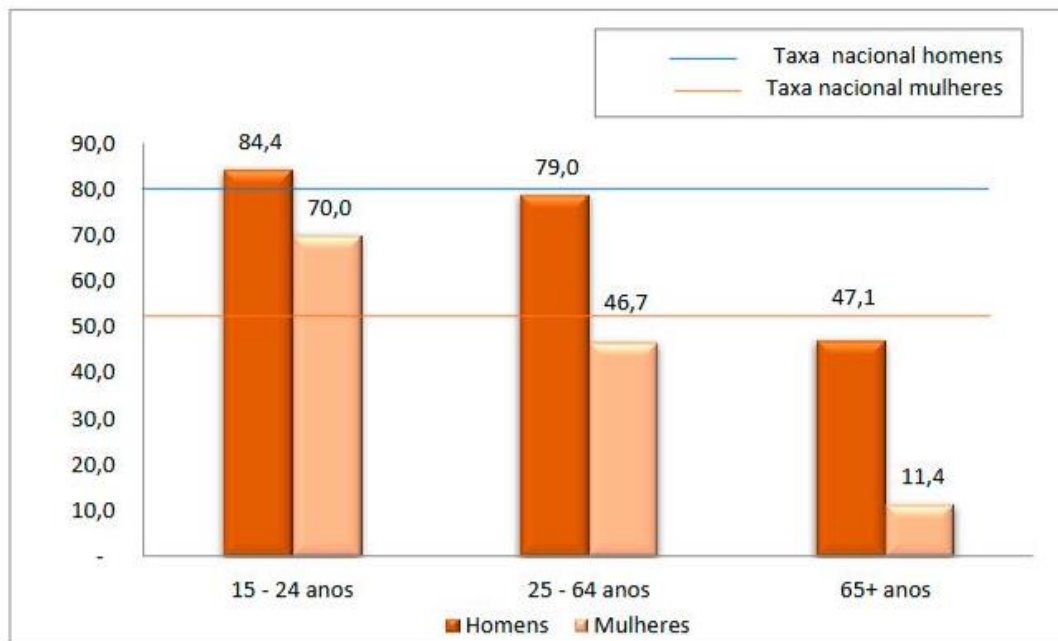
Outra característica marcante da economia angolana é a desigualdade de gênero nos diferentes setores da sociedade. Até o ano de 2020 Angola ocupava a posição 118 de desigualdade de gênero dos 153 países estudados².

É possível verificar a desigualdade da inserção da mulher no campo da educação a partir dos dados do Censo de 2014, no qual consta que, a nível de instrução formal, as mulheres têm

² O Índice Global de Desigualdade de Gênero é uma métrica desenvolvida pelo Fórum Econômico Mundial que avalia anualmente o estado atual e a evolução da paridade de gênero em diferentes países.

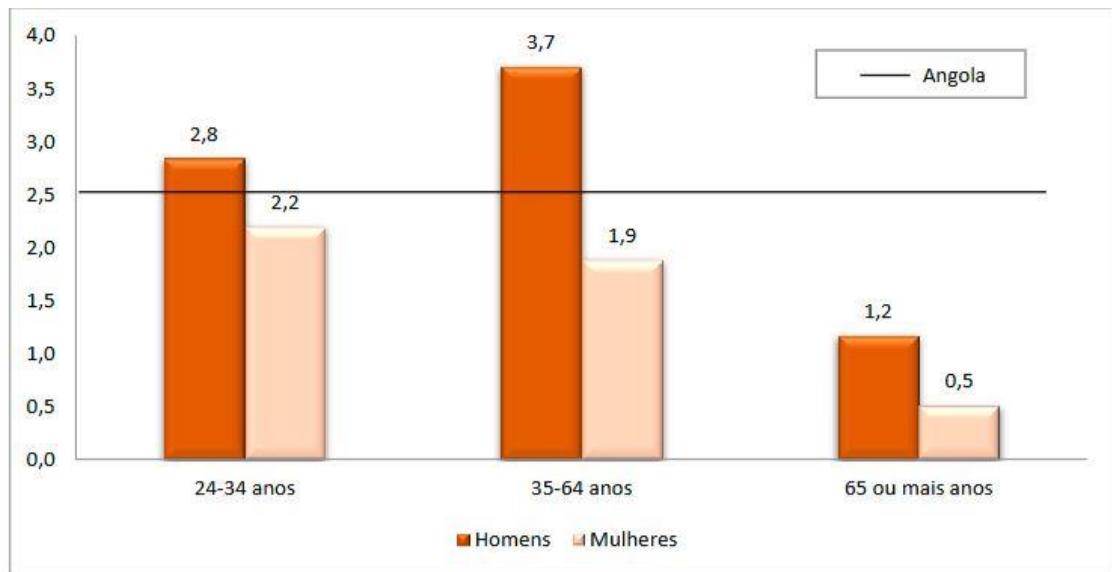
pouca presença desde a fase inicial, na alfabetização, com participação de 70% entre os 15 e 24 anos de idade e menos de 50% nas outras idades. As figuras abaixo fornecem um panorama da alfabetização em Angola separando gênero e idade e constata-se que das mulheres nascidas entre 1950 e 1988 apenas 46,7% é alfabetizada.

Figura 1 - Taxa de analfabetismo na população



Fonte: Instituto Nacional de Estatística - INE (2016).

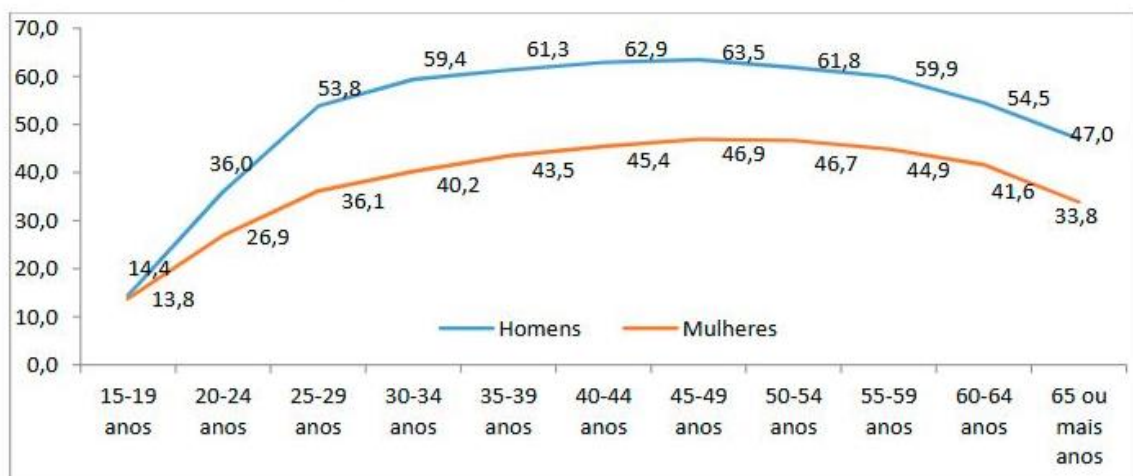
O cenário anterior certamente reverbera para as instâncias de ensino superior. E, embora os dados sobre alfabetização se mostrem melhores para as mulheres entre os 15 e 25 anos, a permanência e conclusão da universidade é muito reduzida. Do grupo feminino ingressante 55% dele o mais jovem-adulto, isto é, pessoas entre os 24 e 34 anos de idade conclui. Este percentual reduz para menos da metade ao se tratar de mulheres entre os 35 e 64 em contraste com os homens que em ambos casos alcançam mais dos 70%.

Figura 2 - População com 24 ou mais anos que completou o ensino superior

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - INE (2016).

A desigualdade de gênero na educação tem consequências diretas no mercado de trabalho se refletindo numa menor empregabilidade das mulheres no mercado de trabalho formal.

A figura abaixo corresponde à participação feminina no mercado de trabalho angolano onde de todas as fases da idade ativa, o auge de empregabilidade por gênero é de 67% para mulheres, ao contrário do gênero masculino que é de 90,71% entre os 35 aos 50 anos de idade.

Figura 3 - Taxa de emprego

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - INE (2016)

Portanto, se as mulheres não estão ativamente nas escolas e universidades nem no

mercado de trabalho formal, vale questionar em que lugares da sociedade as mulheres angolanas se encontram.

Os estudos sobre as lutas das mulheres para afirmação na sociedade remontam aos conceitos de feminismo, mulherismo ou até mesmo de interseccionalidade, porém foi em 1989 que Kimberlé Crenshaw (2002) conceituou de forma metafórica a associação de sistemas múltiplos de subordinação que trata as formas de opressão e outros sistemas discriminatórios que estruturam posições de poder cunhando-a como interseccionalidade (Crenshaw, 2002, p. 7).

No entendimento das sociólogas Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade tem aplicação prática nos estudos sobre fenômenos próximos a pesquisadora e/ou pesquisador nas categorias sociais não só de raça, gênero, classe, que não atuam de forma isolada, mas se interligam, criando e gerando opressões. Portanto, qualquer tentativa de compreender a injustiça social ou de promover a equidade que ignore essa interconexão incorre no risco de estar fadada a ser incompleta e ineficaz.

Quanto à participação da mulher angolana na sociedade, reiterando que são maioria da população, ainda é posicionada como minoria, conforme visto nos setores da educação e do trabalho. Elas são estruturalmente submetidas a precariedade e a informalidade onde somam 5 582 857 num total de 10 018 549 empregados informais (INE, 2016). Ou seja, a mulher angolana está estruturalmente fadada à informalidade e desigualdade social.

Do ponto de vista feminista materialista, este cenário pode ser entendido através da divisão sexual do trabalho, conceito para entender a segregação ocupacional (Hirata; Kergoat, 2007) que se manifesta com a distribuição desigual de funções para homens e mulheres, organizada por princípios de separação de trabalho pelo gênero, criando uma hierarquia que superestima os trabalhos considerados masculinos e desvaloriza os trabalhos femininos.

Mais recentemente, dados do Diagnóstico Igualdade de Gênero (2022, p. 102) demonstram que a baixa presença de mulheres no setor formal é resultado do processo de socialização que as direciona para setores subalternizados e informais, “estando o mercado de trabalho angolano bastante marcado por esta divisão profissional baseada no gênero”.

Esta composição cria a hierarquização por gêneros e destina mulheres a atividades precarizadas e majoritariamente reprodutivas e informais, enquanto os homens dominam setores formais e socialmente valorizados, relegando as mulheres a espaços de invisibilização e vulnerabilidade socioeconômica.

Mas a precarização do trabalho não se limita nos contextos específicos da Educação e do Trabalho. Ela se estende a outras áreas como a cultura. Conforme Hirata (2009, p. 24), “a

precarização atinge até mesmo profissões artísticas em países como o Brasil, em que não há institucionalização da instabilidade como na França, com a categoria de intermitente do espetáculo” essa observação da autora é análoga ao contexto angolano, onde a informalidade e a precariedade são consequências da precarização econômica.

Diante disso, a autora destaca que, em algumas sociedades, sobretudo as ocidentais, “as mulheres se situam no foco do debate francês sobre a precarização do trabalho em função das modalidades particulares de aplicação da flexibilidade do trabalho” (Hirata, 2009, p. 4). Essa flexibilidade ainda se verifica moderada em Angola, onde as mulheres lidam com pouca proteção social, consolidando um panorama de exploração econômica e opressão de gênero.

Essa realidade é evidenciada nas denúncias feitas por feministas como Danièle Kergoat (2000, p. 5-6), na qual o trabalho feminino é invisibilizado e desvalorizado. No entanto, as mulheres angolanas buscam transformar essa marginalização em agência econômica através de práticas solidárias e coletivas como a *kixikila* de modo a contrapor a condição sistêmica de desigualdade.

5.3 O ESTADO ANGOLANO E A EMANCIPAÇÃO SOCIAL DA MULHER

O artigo 23º da Constituição da República de Angola (Angola, 2010 p.12) garante igualdade a todos perante a lei. Embora a instituição da igualdade na carta magna do país constitua um avanço significativo no ordenamento jurídico angolano, alinhando-se a compromissos internacionais de equidade de gênero, uma análise da realidade social de Angola e do ponto de vista do feminismo materialista mostra que tais iniciativas não geram emancipação humana quando limitadas no plano político conforme criticado por Marx.

Reforçando a legislação sobre igualdade e agora focando no gênero, é promulgado o decreto presidencial nº 222/13 que aprova a Política Nacional para Igualdade e Equidade de Gênero e Estratégia de Advocacia e Mobilização de Recursos para a implementação e Mentoria da Política e apresenta a posição desigual da mulher perante o homem ao admitir a emancipação política “apesar do princípio da igualdade estar consagrado na Constituição...” (Angola, 2013)

[...] a realidade mostra que a pobreza é mais acentuada nas Mulheres em relação aos Homens o que origina a sua vulnerabilidade em termos sanitário, político-social, ambiental, económico [sic] e climático e por conseguinte no acesso aos serviços e bens. O mercado do trabalho é elucidativo desta vulnerabilidade, tanto no sector formal como no sector informal. (Angola, 2013)

Partindo da distinção marxiana entre emancipação política e emancipação humana e

articulando-a com a contribuição de Heleieth Saffioti de que a imbricação entre patriarcado e capital que complexifica a análise ao demonstrar que a opressão de gênero não é um mero epifenômeno da luta de classes, mas uma estrutura autônoma, ainda que profundamente articulada com o modo de produção capitalista, a lente de Saffioti e Marx permite desvelar a separação emancipação política e humana para as mulheres na realidade angolana.

Neste contexto, práticas econômicas solidárias lideradas por mulheres, como a *kixikila*, representam uma tentativa de criar, a partir do grupo social a que pertencem, mecanismos de emancipação econômica que o Estado e a economia formal não proporcionam.

Enquanto a lei atual não é implementada, garantindo direitos formais, a sociedade continua reproduzindo as desigualdades que a lei pretende extinguir.

Portanto, a contribuição para a emancipação social por via jurídica exigirá mais do que leis. Exigirá o acompanhamento e o incentivo à transformação das relações sociais de produção e reprodução, a valorização do trabalho doméstico e de cuidado e a implementação de políticas públicas que confrontem diretamente a divisão sexual do trabalho.

5.4 KIXIKILA: CONCEITO E FUNCIONAMENTO

Diversas sociedades utilizam financiamentos informais em distintas formas de créditos rotativos: no caribe existe o *partner*, na China e Taiwan o *Hui*, na África Ocidental, central e partes da Ásia o *Toutine* e em Angola a *Kixikila*. Apesar de nomenclaturas e geografias diferentes, estes financiamentos apresentam características comuns.

Na definição de Carlos (2014, p. 24):

A *kixikila* é o acordo pelo qual um grupo de pessoas ligadas entre si por um vínculo familiar, laboral ou outro, se obriga a contribuir periodicamente com uma coisa ou com um montante fixo para a constituição de um fundo comum cujo produto é posteriormente atribuído na íntegra a um dos membros do grupo ou com a prestação recíproca de horas de trabalho, com base num sistema de rotatividade que funciona sob a orientação de um líder.

O grupo é estruturado de formas a valorizar o feminino. Segundo Ducados (1998), a liderança é exercida por uma mulher escolhida por sua idoneidade e capacidade de organização denominada “mãe” ou mais especificamente “mãe da *kixikila*”, conforme classifica Canguia, que exerce as funções de admissão ou não de novos membros (Canguia, 2017, p. 4) pelo cumprimento dos pagamentos. Essa dinâmica desafia a noção ocidental de hierarquia de gênero, pois, como afirma Oyěwùmí (2021), em sociedades africanas tradicionais, "o corpo não era a

base de papéis comunitários" e as mulheres ocupavam espaços de poder sem subjugação biológica.

Outrossim, a *kixikila* resgata valores matriarcais africanos, onde, segundo Amadiume (1997), "a mulher é reverenciada como mãe, portadora da vida e centro da organização social". Essa visão contrasta com a marginalização imposta pelo colonialismo, que desconfigurou o poder feminino através de estruturas patriarcais (Quijila; Malachias, 2025).

A participação das mulheres angolanas na *kixikila* demonstra a sua intenção de confrontar as consequências da divisão sexual do trabalho através de práticas coletivas e solidárias. Enquanto o Estado tenta oferecer políticas inclusivas, elas criam redes de solidariedade.

Ao mesmo tempo, diante desta busca por uma leitura que vá à essência do funcionamento das relações sociais capitalistas, este projeto buscará perceber as tensões - potências e limites - desta prática enquanto emancipatória enquanto estiver descolada de uma crítica e um projeto político mais contundente anti-capitalista, capaz de questionar as formas de exploração, dominação e opressão que sustentam o capitalismo patriarcal e sua sanha concentrada, acumuladora e profundamente excludente.

6 METODOLOGIA

Considerando a interdisciplinaridade do tema do projeto, adotaremos uma abordagem de pesquisa mista, com predominância qualitativa, estruturada do tipo explanatório sequencial. Essa opção justifica-se pela natureza do problema de pesquisa, que exige tanto a compreensão teórica e experiências relacionados a *kixikila*, quanto a descrição do perfil das participantes. Conforme afirmam Lakatos e Marconi (2003, p. 225),

Pesquisa alguma parte hoje da estaca zero. Mesmo que exploratória, isto é, de avaliação de uma situação concreta desconhecida, em um dado local, alguém ou um grupo, em algum lugar, já deve ter feito pesquisas iguais ou semelhantes, ou mesmo complementares de certos aspectos da pesquisa pretendida. Uma procura de tais fontes, documentais ou bibliográficas, torna-se imprescindível para a não duplicação de esforços, a não "descoberta" de idéias já expressas, a não-inclusão de "lugares-comuns" no trabalho.

Nesse sentido e para melhor atingirmos os objetivos traçados dividimos a metodologia em duas etapas. A primeira consistirá em uma pesquisa bibliográfica, definida por Gil (2008, p. 50) como “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de

livros e artigos científicos” e, para isso, realizaremos um levantamento em repositórios digitais e físicos, com ênfase no acervo da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), para identificar produções acadêmicas de autores sobre o tema ou correspondentes, consultaremos acervos digitais externos como a Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), o Google Acadêmico, além de relatórios com dados oficiais como Instituto Nacional de Estatística (INE) de Angola e do Banco Mundial. Esse mapeamento abrangerá as seguintes temáticas: Economia Solidária, Economia Feminista, Desenvolvimento Econômico, Créditos Rotativos e *Kixikila*.

A segunda etapa será conduzida através do método de pesquisa empírica qualitativa, com o objetivo de visibilizar as protagonistas do estudo e articular a teoria com suas experiências concretas e para garantir rigor e na investigação, serão adotadas estratégias de triangulação, conforme abordado por Santos et al. (2020, p. 655), que as define como:

uma estratégia para atingir os objetivos propostos, garantir credibilidade, confiabilidade e maior rigor científico [...] por não se restringir à utilização de apenas um método, teoria, fonte de dados ou investigador no processo de análise de um mesmo fenômeno.

Por fim, utilizaremos a triangulação de dados para fazer uma combinação das duas etapas; as fontes documentais, bibliográficas e empíricas da aplicação de técnicas qualitativas pelo método de entrevistas semiestruturadas

7 COLETA DE DADOS

A coleta de dados será feita por meio de entrevistas semiestruturadas, aplicadas a uma amostra. Quanto à delimitação do número das entrevistadas, Bardin (2009) enfatiza que a análise de conteúdo se faz pela prática e pelo mergulho intenso no material. Uma amostra muito grande poderia tornar a análise qualitativa superficial, inviabilizando a interpretação detalhada necessária. Por isso, serão selecionadas vinte (20) mulheres na faixa etária dos 18 (maioridade em Angola) aos 64 anos com disponibilidade e consentimento mediante a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para participar da entrevista. As entrevistadas devem ser integrantes atuais ou ter participado nos últimos cinco (5) anos em algum grupo de *kixikila*. Por outro lado, serão critérios de exclusão pessoas do sexo masculino e mulheres que nunca tenham participado em algum grupo de *kixikila*.

Consideramos que o número da amostragem será satisfatório para alcançar uma maturação e permitir que novas entrevistas deixem de trazer informações relevantes para a pesquisa, repetindo-se os padrões já identificados.

Para a amostragem não probabilística por bola de neve, uma vez que o fenômeno investigado envolve grupos específicos e de difícil acesso formal. Segundo Creswell (2010), essa técnica é adequada quando os participantes possuem vínculos sociais que favorecem a indicação de novas colaboradoras, garantindo maior alcance e legitimidade dentro do grupo estudado.

Para as análise dos dados tanto o formulário de caracterização das entrevistadas quanto o roteiro da entrevista serão elaborados para preencher três eixos:

1. Dados de caracterização socioeconômica;
2. Experiências de participação na Kixikila;
3. Percepções sobre os impactos da participação.

Em síntese, os dados qualitativos serão analisados por meio da Análise de Conteúdo, na perspectiva de Bardin (2009, p. 121), que organiza o processo em três polos: “1. A pré-análise; 2. A exploração do material; e, por fim, 3. O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação”. Essa abordagem permitirá a categorização e a interpretação sistemática dos discursos, identificando núcleos de sentido relevantes para a compreensão do fenômeno.

8 CRONOGRAMA

ETAPAS/ PERÍODO	1ºSemestre	2º Semestre	3ºSemestre	4ºSemestre	5º Semestre
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	X				
FICHAMENTOS	X	X	X		
ELABORAÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO		X			
DEFINIÇÃO DA AMOSTRAGEM	X				
ENTREVISTAS			X		
TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS			X		
VALIDAÇÃO PELO MÉTODO DE TRIANGULAÇÃO				X	
REDAÇÃO DOS RESULTADOS				X	
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS					X
REVISÃO FINAL E FORMATAÇÃO					X
ENTREGA DO TRABALHO PARA AVALIAÇÃO					X
APRESENTAÇÃO DA PESQUISA					X

REFERÊNCIAS

- AMADIUME, I. **Mulheres, patriarcado e transformação social na África**, 1997.
- ANGOLA. **Constituição da República de Angola**, 2010.
- ANGOLA. **Decreto Presidencial nº 222/13. Aprova a Política Nacional para Igualdade e Equidade de Gênero**, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- CARLOS, J. E. **Kixikila: uma análise jurídica e perspectivas de regulamentação**, 2014.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**, 2002.
- DOVE, N. **O papel da mulher nas sociedades matriarcais**, 1998.
- DUCATOS, M. C. **Financiamento informal e estratégias de sobrevivência econômica das mulheres em Angola**, 1998.
- QUIXIQUELA. In: **ESTRAVIZ Dicionário**, 2025. Disponível em: <https://www.estraviz.org/quixiquila>. Acesso em: [16-10-2025].
- FÉLIX, M. **Kixikila e autonomia feminina: estudo de caso em Luanda**, 2021.
- FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Relatório Global de Gênero 2020**. Genebra: Fórum Econômico Mundial, 2020. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2020.pdf. Acesso em: [19-10-202].
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONZALEZ, Lélia. **A mulher negra na sociedade brasileira: resistência e estratégias de sobrevivência**. In: **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HIRATA, Helena. **Trabalho e precarização: o caso das mulheres**. In: **Trabalho e Cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) - ANGOLA. **Inquérito ao Emprego em Angola**, 2014.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) - ANGOLA. **Recenseamento Geral da População e Habitação: Resultados Definitivos**. Luanda, 2016.

PENA, Anna Parellada; TEIXEIRA, Mariana. **Diagnóstico sobre a igualdade de gênero em Angola** 2022. Luanda: União Europeia, 2022.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, H. et al. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MENEZES, R. **Crédito rotativo e desenvolvimento local: experiências em Angola**, 2011.

MENESES, Elvira Luís. **Impacto da Poupança e Crédito Rotativo no Domínio de Desenvolvimento Comunitário dos Pescadores Artesanais (2004-2009)**, 2011.

OYÉWÚMÍ, Oyérónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

QUIJILA, C.; MALACHIAS, R. **Descolonização do gênero: poder feminino e resistência em Angola**, 2025.

ROSÁRIO, L. **Economia solidária e crédito rotativo: alternativas ao sistema financeiro formal**, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

SANTOS, K. et al. **Triangulação de métodos em pesquisa qualitativa**. Revista de Ciências Sociais, v. 45, n. 3, p. 650-670, 2020.

SINGER, Paul. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**. In: **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SIMON, A.; BOEIRA, S. **Economia solidária e desenvolvimento local**, 2017.

TOMBSON, Robert (Org.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista para a pesquisa Kixikila

Título da pesquisa: Kixikila: gênero e economia na emancipação social das mulheres angolana

1. Como você conheceu a kixikila e o que a motivou a participar?
2. Você já teve alguma experiência com um financiamento ou crédito bancário? Se sim, como foi a experiência?
3. A quanto tempo você participa de um grupo de kixikila?
4. Conta-nos como é a sua convivência com as pessoas do grupo?
5. Você percebe mudanças na sua vida desde que passou a participar? Quais?
6. Além das trocas financeiras, vocês fazem mais algum tipo de troca?
7. Você já foi “mãe da kixikila”? Se sim, como lidou com os desafios ?
8. Você considera que participar da kixikila fortaleceu sua autonomia econômica? De que forma?
9. Quais são as maiores dificuldades ou desafios enfrentados dentro da kixikila?
10. De que modo a participação na kixikila afeta sua posição na família ou na comunidade?
11. Você acredita que a kixikila pode ser uma forma de empoderamento? Por quê ?
12. O dinheiro obtido na kixikila é geralmente usado para quais finalidades (negócios, alimentação, educação, etc.)?
13. Na sua visão, a kixikila ajuda a diminuir as desigualdades entre homens e mulheres? Explique
14. Que mudanças você gostaria de ver no funcionamento da kixikila ou na forma como ela é vista pela sociedade?

APÊNDICE B – Questionário para caracterização do perfil socioeconômico

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTICIPANTES		
Nome:		
Idade:		Natural de:
Estado civil	Solteira () Casada () União Estável () Divorciada () Viúva ()	
Número de dependentes:		
1. A sua residência está localizada em uma área considerada? () Rural () Urbana central () Suburbana / periferia () Comunidade / Musseque		
2. Qual é o tipo de moradia que você ocupa? () Casa própria () Casa alugada () Casa cedida () Outra		
ESCOLARIDADE		
3. Qual é o seu nível de escolaridade? () Analfabeta () Assina o nome ou decodificar as letras () Fundamental Incompleto () Fund. Completo () Médio Incompleto		

☐ Médio Completo ☐ Superior Incompleto ☐ Superior Completo ☐ Pós-graduação	
SITUAÇÃO ECONÔMICA	
4. Você desenvolve alguma atividade econômica, qual é? ☐ Estágio ☐ Bolsa escolar/ universitária ☐ Empreendimento formal ☐ Empreendimento informal ☐ Autônomo ☐ Funcionária no setor privado ☐ Funcionária pública ☐ Produtora Rural ☐ Sem atividade ☐ Outra	
5. De acordo com a sua atividade remunerada, qual é a sua renda mensal? ☐ Até Um (1) salário mínimo atual (AOA 100.000,00) ☐ De AOA 100.001,00 a 200.000,00 ☐ De AOA 200.001,00 a 300.000,00 ☐ De AOA 300.001,00 a 400.000,00 ☐ Acima de 400.001,00	
6. Seu rendimento: ☐ Não cobre as despesas ☐ Cobre as despesas mas não sobra. ☐ Cobre as despesas e sobra	7. Como você avalia sua situação financeira? ☐ Excelente ☐ Muito boa ☐ Razoável ☐ Ruim
8. Você é beneficiária de algum auxílio do governo? Se sim qual? ☐ Sim. Nome do programa _____	

☐ Não

9. Você tem acesso a serviços bancários ou utiliza algum meio de crédito? Se sim, qual?

☐ Sim. Nome do serviço_____

☐ Não